

El Niño amplia riscos à saúde e pressiona hospitais e operadoras. Especialistas defendem planejamento, prevenção e adaptação climática

Debates promovidos pela ANS e pelo Museu do Amanhã recentemente convergem ao apontar que ondas de calor, enchentes, secas e incêndios já afetam a assistência à saúde no Brasil; especialistas defendem planejamento, comunicação de risco, integração entre público e privado e uso de inovação para proteger populações vulneráveis.

A chegada de um novo El Niño recoloca o Brasil diante de uma pergunta que já não pode ser tratada como hipótese distante: o sistema de saúde está preparado para funcionar em meio a enchentes, ondas de calor, secas prolongadas, incêndios e falhas de infraestrutura provocadas por eventos climáticos extremos?

A resposta, a partir de diagnósticos recentes apresentados por especialistas, gestores e representantes do setor, é que o país avançou na percepção do risco, mas ainda precisa transformar alertas em planejamento permanente, protocolos testados e coordenação efetiva entre hospitais, operadoras, poder público e comunidades.

Essa convergência apareceu em três frentes complementares: no webinar “Prevenção dos Riscos do El Niño para os Hospitais”, promovido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); no painel “O que esperar do El Niño”, realizado no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro; e no posicionamento divulgado pela FenaSaúde sobre os impactos dos eventos climáticos extremos para a saúde suplementar.

Juntas, as discussões compõem um retrato amplo do desafio. Mais do que um fenômeno climático periódico, o El Niño é visto hoje como um fator capaz de ampliar vulnerabilidades já existentes nas cidades, pressionar sistemas de saúde e aumentar riscos para populações expostas a desigualdades sociais.

Saúde sob pressão

Na abertura do webinar da ANS, o diretor-presidente da Agência, Wadih Damous, destacou que a preparação antecipada pode reduzir danos associados aos eventos climáticos extremos. Segundo ele, grupos como crianças, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e pacientes com doenças crônicas tendem a sofrer impactos mais severos em situações de crise.

A ANS apresentou iniciativas voltadas para a preparação da rede suplementar, incluindo o mapeamento de hospitais de referência, a realização de reuniões técnicas, o compartilhamento de experiências de unidades afetadas por desastres climáticos e a elaboração de orientações para operadoras e prestadores de serviços.

O foco está na capacidade do sistema de manter o atendimento mesmo diante da interrupção de serviços essenciais, como fornecimento de energia, água ou comunicação. Entre as recomendações estão a revisão dos planos de contingência, a previsão de aumento de demanda, o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e a utilização de recursos como a telemedicina para ampliar o acesso à assistência durante emergências.

Essa visão é compartilhada pela FenaSaúde. Segundo a entidade, enchentes, secas prolongadas, ondas de calor e a piora da qualidade do ar exercem pressão crescente sobre os custos assistenciais ao elevar a incidência de doenças respiratórias, infecciosas e transmitidas por vetores, além de aumentar a procura por atendimentos de urgência e internações.

Os impactos, porém, vão além do agravamento dos quadros clínicos. Em situações de desastre, a própria rede assistencial pode ser afetada por interrupções operacionais, problemas logísticos, deslocamento de pacientes e dificuldades de acesso a serviços de saúde.

O desastre invisível das ondas de calor

Se enchentes costumam produzir imagens imediatas de destruição, as ondas de calor avançam de forma mais silenciosa.

Durante o painel realizado no Museu do Amanhã, a professora Renata Libonati, do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Comitê de Especialistas em Monitoramento Climático da Organização Meteorológica Mundial (OMM), chamou atenção para um problema que ainda recebe pouca atenção no país.

Segundo a pesquisadora, as ondas de calor são um desastre "completamente negligenciado" no Brasil. Dados apresentados por Libonati mostram que, entre 2000 e 2020, foram registradas cerca de 50 mil mortes associadas a ondas de calor em 14 regiões metropolitanas brasileiras analisadas a partir de dados do Sistema Único de Saúde (SUS). O número, segundo ela, é aproximadamente 20 vezes superior ao total de mortes causadas por deslizamentos de terra no mesmo período.

A avaliação reforça a necessidade de incorporar o calor extremo aos protocolos de preparação dos sistemas de saúde, especialmente diante da expectativa de temperaturas excepcionalmente elevadas associadas ao novo ciclo do El Niño.

Um fenômeno, diferentes impactos

No mesmo debate, o pesquisador José Marengo, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), destacou que os efeitos do El Niño não são homogêneos no território brasileiro.

No Sul, o fenômeno costuma aumentar o volume de chuvas e o risco de enchentes. Já nas regiões Norte e Nordeste, a tendência é de redução das precipitações e agravamento de secas. No Centro-Oeste, podem ocorrer atrasos no início da estação chuvosa e maior frequência de ondas de calor. No Sudeste, o cenário esperado é de temperaturas elevadas e irregularidade das chuvas.

Para Marengo, o fenômeno não cria problemas, mas potencializa fragilidades já existentes. A observação encontra respaldo nas discussões promovidas pela ANS e pela FenaSaúde. Em comum, todas apontam que os impactos climáticos ultrapassam a esfera ambiental e afetam diretamente setores como transporte, energia, abastecimento, economia e assistência à saúde.

Lições do Rio Grande do Sul

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 foram apontadas como exemplo concreto dos desafios enfrentados pelo setor. No webinar da ANS, o gerente administrativo do Hospital Estrela, Johnnie Locatelli, relatou a experiência da unidade durante a crise.

Localizado no Vale do Taquari, um dos epicentros da tragédia, o hospital enfrentou interrupções no fornecimento de energia e água, falhas nos sistemas de comunicação, restrições no abastecimento de gases medicinais e dificuldades de acesso à unidade.

Apesar da inundação de parte da infraestrutura, as áreas assistenciais foram preservadas. Para manter os atendimentos essenciais, a instituição criou um comitê de crise, transferiu pacientes críticos, protegeu equipamentos estratégicos e articulou apoio com hospitais da região.

A experiência demonstrou que a resiliência hospitalar depende não apenas de infraestrutura física, mas também de planejamento, liderança, capacidade de resposta rápida e integração com a rede assistencial.

Comunicação de risco e desigualdade

Outro ponto de convergência entre os debates foi a importância da comunicação de risco. A

professora Rosângela Florczak, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), defendeu no evento da ANS que alertas não podem se limitar à transmissão de informações. Para serem eficazes, precisam gerar confiança, orientar comportamentos e considerar grupos que, por razões clínicas, sociais ou territoriais, têm menor capacidade de reagir sozinhos diante de uma emergência.

Esse entendimento dialoga diretamente com as observações feitas por Paulo Artaxo, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e colaborador dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Segundo Artaxo, os impactos climáticos atingem de forma desproporcional as populações mais vulneráveis. Fatores como acesso à saúde, condições de moradia, exposição ao calor e disponibilidade de mecanismos de refrigeração influenciam diretamente a capacidade de proteção das pessoas.

Para o pesquisador, a adaptação climática precisa incorporar a redução das desigualdades sociais como elemento central das políticas públicas.

Uma agenda que não pode esperar

A principal conclusão dos encontros promovidos pela ANS e pelo Museu do Amanhã, reforçada pela FenaSaúde, é que a adaptação climática deixou de ser uma pauta exclusivamente ambiental para se tornar um tema estruturante da saúde.

Hospitais precisam garantir continuidade operacional; operadoras devem ampliar ações preventivas, comunicação com beneficiários e ferramentas digitais; gestores públicos têm o desafio de integrar monitoramento climático, infraestrutura e redes assistenciais; e a população mais vulnerável deve estar no centro das estratégias de preparação.

Nesse contexto, o El Niño surge como um teste para a capacidade de resposta do País. Mais do que enfrentar um fenômeno climático específico, o desafio é construir um sistema de saúde capaz de antecipar riscos, proteger a assistência e responder com eficiência a eventos extremos que tendem a se tornar cada vez mais frequentes em um cenário de mudanças climáticas.

Fonte: CNseg, em 08.09.2026